

CHARLOTTE PERKINS GILMAN E HAZEL KYRK: INSTITUCIONALISTAS E FEMINISTAS?

CHARLOTTE PERKINS GILMAN AND HAZEL KYRK:
INSTITUTIONALISTS AND FEMINISTS?

*Eduarda Magrinelli Susin*¹

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: eduardasusin2@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-6291-4847>

*Liana Bohn*²

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: liana.bohn@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0003-3443-5048>

*Solange Regina Marin*³

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: solange.marin@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-1427-2029>

Recebido em: 27 de dezembro de 2024

Aceito em: 10 de junho de 2025

-
- 1 Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de iniciação científica no grupo de pesquisa História do Pensamento Econômico e as Mulheres: Uma Her-Story Feminina e Feminista.
 - 2 Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH UFSC). É doutora em Economia e pesquisadora em Economia Feminista.
 - 3 Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGeco/UFSC). É doutora em Desenvolvimento Econômico e pesquisadora em História do Pensamento Econômico e Mulheres e Desenvolvimento, Pobreza e Desigualdade.

RESUMO

O pensamento institucional original tradicionalmente está ligado às ideias de Thorstein Veblen. Assim como em toda a história do pensamento econômico, falhou-se em reconhecer a contribuição feminista das mulheres dentro do institucionalismo. O artigo tem como objetivo dar visibilidade aos trabalhos de Charlotte Perkins Gilman e Hazel Kyrk, levando em conta os livros centrais das autoras, *Women and Economics* e *A Theory of Consumption*. Kyrk e Gilman devem ser interpretadas como institucionalistas feministas, de modo que Gilman foi precursora de algumas ideias desenvolvidas por Veblen, enquanto Kyrk foi responsável por complementá-las.

Palavras-chave: Institucionalismo. Feminismo. Thorstein Veblen. Charlotte Perkins Gilman. Hazel Kyrk.

ABSTRACT

Instructional thinking has traditionally been linked to the ideas of Thorstein Veblen. As in the entire history of economic thought, there was a failure to recognize the feminist contribution of women within institutionalism. The article aims to give visibility to the works of Charlotte Perkins Gilman and Hazel Kyrk, considering the authors' central books, Women and Economics and A Theory of Consumption. Kyrk and Gilman must be interpreted as feminist institutionalists, so that Gilman was a precursor of some ideas developed by Veblen, while Kyrk was responsible for complementing them.

Keywords: Institutionalism. Feminism. Thorstein Veblen. Charlotte Perkins Gilman. Hazel Kyrk.

Códigos JEL: B15; B54.

Introdução

A História do Pensamento Econômico contém uma lacuna no que diz respeito às mulheres – não no sentido de que elas não contribuíram para a construção da teoria econômica, mas de que suas contribuições foram apagadas e seus nomes deixados de fora dos manuais tradicionais de Economia.

Boff e Krivochein (2016), ao analisarem os artigos apresentados nos congressos da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) e da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política), no período de 2004-2014, verificaram que os cinco pensadores mais referenciados na ANPEC foram Marx, Keynes, Smith, Hayek, Kaldor

(mesma frequência) e Furtado e na SEP: Marx, Keynes, Furtado, Smith e Schumpeter. Da lista dos vinte autores mais referenciados, na ANPEC e SEP, aparece apenas uma mulher: McCloskey.

Melo (2016) afirma que:

[...] a história em sua versão oficial esqueceu as mulheres, como se nós estivéssemos fora do tempo dos acontecimentos. É preciso transformar o silêncio sobre a lembrança social das mulheres em resgate e reconhecimento da memória, para que os elos entre o passado e o presente com o futuro reforcem a sua importância na sociedade. (Melo, 2016, p.206).

Para caminhar no sentido de superação dessa história de apagamento das mulheres no pensamento econômico, o artigo propõe o resgate de duas escritoras mulheres que se aproximam dos pontos de vista do institucionalismo e do feminismo.

O pensamento institucional deriva de um conjunto de ideias, surgidas no final do século XIX, que pressupõem que o comportamento econômico é controlado pelas instituições sociais e suas transformações ao longo da história (Costa; Costa, 2011). É caracterizada como uma corrente heterodoxa, que, segundo Dequech (2008), corresponde àquelas teorias econômicas que vão contra o método do pensamento dominante. O institucionalismo se firmou principalmente como uma crítica à escola de pensamento neoclássica, questionando pressupostos como o racionalismo e o individualismo (Bogenhold, 2010).

No que se refere ao feminismo, adotamos a argumentação de Nils (1999) sobre a definição mínima de feminismo compreender uma crença na igualdade entre homens e mulheres; a crença de que as diferenças no estatuto social dos homens e das mulheres são construídas socialmente; e que impor uma posição social inferior às mulheres é moralmente errado.

Para Waller e Wrenn (2021):

A Economia Feminista e o Institucionalismo Original (IO) desenvolveram-se ao longo de caminhos paralelos, começando com os escritos de Thorstein Veblen e Charlotte Perkins Gilman sobre a evolução dos papéis e comportamentos das mulheres nas

economias industriais modernas na década de 1800.
(Waller; Whrenn, 2021, p.3).

No período em que Veblen e Gilman escrevem não existia formalmente o Institucionalismo, mas o fato é que ambos estavam vivenciando as mesmas influências intelectuais e problemáticas econômicas do final do século XIX nos Estados Unidos. Entretanto, posteriormente, o surgimento da Economia Institucional foi vinculado à Thorstein Veblen. Um dos pilares da teoria vebleniana é a explicação da evolução do papel econômico desempenhado pelas mulheres ao longo da história, ressaltando a desigualdade entre as funções femininas e masculinas, além de outras perspectivas que demonstram a possibilidade de combinar o Institucionalismo ao feminismo.

O argumento do artigo é que as autoras Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) e Hazel Kyrk (1886-1957) podem ser consideradas, dentro da teoria econômica, como teóricas do pensamento institucional e feminista, dadas as suas ideias e contribuições ao discutirem as questões socioeconômicas e de gênero. O ponto singular desta análise está não apenas no resgate de autoras mulheres que se propuseram a estudar economia, mesmo em um período em que essa disciplina era quase restrita aos homens, mas que, além disso, apresentaram teorias que criticavam o pensamento econômico dominante e masculino.

Pujol (2003) destaca que para o homem não ser o único objeto de investigação de uma economia neoclássica patriarcal, é imperativo dar voz a mulheres, feministas, que escrevem sobre questões econômicas e discordam do *status quo* social (e, portanto, profissional), além de adicionar as vozes dos poucos homens economistas que abordam a questão da mulher com um olhar mais simpático e inovador.

Essa sugestão é levada a cabo no nosso artigo que se propõe justamente a expandir os horizontes do pensamento econômico, sob uma perspectiva heterodoxa, resgatando duas autoras que trataram da questão feminina e teceram uma crítica à teoria econômica original, à luz do institucionalismo de Thorstein Veblen e sua contribuição acerca das mulheres na Economia.

O artigo é dividido em quatro seções. A primeira apresenta o contexto do Institucionalismo Original. A segunda apresenta a relação

entre o Institucionalismo e o Feminismo. A terceira aborda a obra de Hazel Kyrk e Charlotte Perkins Gilman e seus aspectos institucionais e feministas. Por último, seguem algumas considerações.

1. O Pensamento Institucionalista Original

Para compreender o pensamento institucional, é preciso, primeiramente, ter claro o conceito de instituição social. As instituições são, para Mitchell (1924, p. 373), “meramente um termo conveniente para os mais permanentes e altamente padronizados hábitos sociais” e, para Commons (1934, p. 69), “a ação coletiva no controle da ação individual”. De maneira mais concreta, exemplos dessas regras sociais firmadas são as instituições família, Estado, religião, trabalho e escola.

Neale (1987) afirma que para identificar uma instituição se deve partir de três princípios básicos. Primeiro, precisa haver pessoas repetindo comportamentos que seguem padrões e são correlacionados uns com os outros. Segundo, existem as regras, sejam elas formalizadas ou não, nas quais todo comportamento é baseado. Terceiro, há visões populares que explicam as regras e como elas colaboram na manutenção daquela sociedade estável. Historicamente, as instituições são uma forma de cristalização, desconstrução ou reconstrução dos hábitos e ideais que marcam a evolução da humanidade (Neale, 1987).

Segundo Brue (2006), o Institucionalismo surge nos Estados Unidos no final do século XIX, quando o desenvolvimento capitalista começava a demonstrar seus primeiros sinais de crise, fazendo com que o pensamento liberal passasse a ser questionado. Diferentemente da noção de livre mercado e equilíbrio, os institucionalistas propunham uma visão econômica dinâmica, focando na importância da intervenção estatal para garantir o bem-estar social. Ademais, ao contrário da ideia do indivíduo racional, os institucionalistas acreditavam que a economia era formada por seres sociais influenciados pelo contexto em que estão inseridos; pela cultura, tradições, política e ideologias, ou seja: pelas instituições.

Thorstein Veblen (1857-1929) foi considerado pioneiro do Institucionalismo. O autor foi um crítico ferrenho da economia neoclássica.

Em 1899, Veblen publicou *Teoria da Classe Ociosa* (1987), que é tido como seu livro central e mais famoso, considerado responsável por dar início ao pensamento institucional nos Estados Unidos (Brue, 2006).

Veblen (1987) faz uma recapitulação histórica da forma como se deu a divisão do trabalho nas sociedades humanas. No princípio, houve uma separação das funções femininas e masculinas, que acabou por criar o paradigma dos papéis de gênero: enquanto os homens se ocupavam principalmente da caça e da guerra, as mulheres faziam o trabalho manual, preparavam os alimentos e cuidavam das crianças. Ou seja, enquanto os homens desempenhavam um trabalho que é predatório, exige força, competição e heroísmo, a mulher foi restringida ao trabalho repetitivo e monótono, que não gerava afirmação de dignidade e reconhecimento social.

O aprimoramento das atividades econômicas se deu com a evolução desse sistema econômico primitivo. Veblen (1987) afirma que quase todo o trabalho industrial desempenhado na atualidade se desenvolveu de tarefas que, no passado, cabiam às mulheres. Por isso, hoje, os instrumentos e equipamentos da indústria são considerados indignos do “homem capaz”. Da mesma forma, as atividades predatórias masculinas evoluíram, por exemplo, para funções governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas, as quais recebem o maior reconhecimento e prestígio.

Para Veblen (1987)⁴, a noção de propriedade se inicia com o estabelecimento da relação de posse do homem para com a mulher. Estando estabelecida a propriedade privada nas sociedades capitalistas, ela produz a chamada emulação pecuniária – competição por dinheiro e posição social. Porém, nesse sistema, as classes altas querem não só acumular riqueza, mas deixar claro que a possuem. É desse modo que aparecem o “ócio conspícuo” e o “consumo conspícuo” (Veblen, 1987).

O ócio conspícuo é o costume da classe alta de se abster de todo trabalho que é produtivo e necessário, ou seja, de todo trabalho que é industrial. Essa prática consiste em demonstrar que eles não precisam

4 Antes de publicar *The Theory of Leisure class* em 1899, Veblen publicou *The economic theory of women's dress* (1894), *The beginning of ownership* em 1898 e *The barbarian status of women* em 1899. Veblen (1898; 1899) argumentou que a apropriação de mulheres capturadas primeiro, e o casamento depois, expôs a coerção de um lado e o conceito de propriedade de outro.

trabalhar para viver, pois têm o privilégio de poder “desperdiçar” o próprio tempo com atividades improdutivas. Veblen (1987) afirma que toda vez que há, de um lado, uma classe ociosa, do outro haverá uma classe produtiva que é necessariamente explorada. Nesse grupo se encontram, dentro da história, primeiro as mulheres, depois os escravizados e, posteriormente, os assalariados.

É importante destacar que, dentro da classe ociosa, a mulher agora desempenha um papel fundamental para a manutenção da reputação masculina. A esposa do homem da classe alta não precisa desempenhar nenhum tipo de trabalho doméstico e nem o deve, sendo estimulada a manter sua imagem mais próxima possível de uma figura completamente distante da esfera do trabalho. Foi assim que surgiu o padrão de beleza dos corpos magros, dos traços delicados, dos sapatos altos, e espartilhos que impossibilitavam o trabalho (Veblen, 1987).

Já o consumo conspícuo é a prática de consumir bens para além do que é preciso e sem que seja necessário trabalhar para isso. Nesse conceito, as mulheres ricas também entram como figuras importantes: sustentadas pelos maridos, elas são incentivadas a gastar muito mais que os homens, de modo a mostrar o poder do marido em atender aos luxos da esposa (Veblen, 1987).

Porém, mesmo a mulher da alta classe estando isenta de trabalhar dentro de casa, ela permanece com tão pouca liberdade quanto antes, pois se torna simplesmente uma figura para demonstrar a riqueza do marido. Quanto menos ela trabalha e mais ela consome, mais seu esposo exhibe socialmente seu poder em conseguir sustentar uma mulher improdutiva. Veblen (1987) exprime que a função desempenhada pelas mulheres durante a história é, portanto, a expressão de diferentes formas de dominação. Quando Veblen (1894) discute as roupas das mulheres, faz a distinção entre *clothing* (função social de proteger o corpo) e *dress* (uso como adorno, princípio para demonstrar a capacidade de gasto) para destacar o papel da mulher como uma espécie de bibelô e enfatizar que a vestimenta feminina era uma forma de expressar o patriarcado.

Dadas as contribuições de Veblen, apesar de o autor ter sido colocado como o criador do Institucionalismo, além de desenvolvê-lo sob uma perspectiva de gênero, é necessário entender o trabalho de Charlotte

Perkins Gilman como precursora de certas ideias que mais tarde foram consideradas como institucionalistas. Em *Women and Economics* (1898), Gilman discorre com muito mais profundidade sobre a evolução dos papéis femininos e masculinos historicamente desempenhados e a desigualdade econômica entre os sexos, que é o fundamento da argumentação de Veblen em *Teoria da Classe Ociosa*. Entretanto, *Women and Economics* foi publicado um ano antes de *A Teoria da Classe Ociosa*, ainda que o primeiro tenha tido reconhecimento indiscutivelmente menor.

2. O Institucionalismo e o Feminismo

Concordamos com a defesa de Nils (1999) sobre Veblen ser feminista. O autor destaca o fato de o termo “feminismo” só ser usado nos Estados Unidos por volta de 1913, e, chamar Veblen de feminista seria um pouco anacrônico. Mas, Nils (1999) argumenta que ao utilizar uma definição menos histórica e mais teórica do feminismo, rotular Veblen como feminista continua justificado. Para Nils (1999), a definição mínima de feminismo compreenderia, em primeiro lugar, uma crença na igualdade entre homens e mulheres; segundo, a crença de que as diferenças no estatuto social dos homens e das mulheres são construídas socialmente; e terceiro, que impor uma posição social inferior às mulheres é moralmente errado. Todos estes ideais foram fundamentais para o pensamento de Veblen.

Waddoups; Tilman (1992) estabelecem uma relação entre as ideias institucionais e feministas. Primeiramente, eles retomam *Teoria da Classe Ociosa* e a noção de “casamento-propriedade” construída por Veblen, na qual os homens são determinados, desde o princípio, os chefes das famílias e proprietários de sua esposa. A partir disso, o conceito se estende para tomar como propriedade tudo que é produzido pelas mulheres, sendo elas as “servas do ambiente doméstico” (Veblen, 1899 *apud* Waddoups; Tilman, 1992). Para Nils (1999), de acordo com Veblen, o casamento – como a mais bárbara das instituições –, constituía pouco mais do que a propriedade e a troca de mulheres, e como a forma mais fundamental de propriedade, o patriarcado era o modelo para todas as outras formas de propriedade privada. Em *The Barbarian Status of Women*, Veblen (1899) explicou como

a instituição do casamento contribuiu para esse status das mulheres.

Entretanto, com a evolução das funções produtivas, as atividades honoríficas masculinas se transformam nos cargos políticos, empresariais e religiosos; e as atividades produtivas das mulheres ampliam-se para o trabalho na indústria. Uma diferença é que a parte dos homens das classes baixas é integrada na força produtiva industrial, enquanto a mulher continua restrita ao ambiente doméstico, tanto como agente produtiva quanto ociosa (Veblen, 1899 *apud* Waddoups; Tilman, 1992).

Ao discutir a emancipação feminina, Veblen (1899 *apud* Waddoups; Tilman, 1992) afirma que só no final da era vitoriana surgiria um espaço para que essa libertação acontecesse e, segundo o autor, ela seria liderada por aquelas mulheres antes pertencentes a uma classe ociosa, que desempenhavam papéis quase artísticos ou quase intelectuais, à medida que conquistassem cada vez mais espaço nesses meios artísticos e acadêmicos. No entanto, essa conquista dependeria da superação de uma mentalidade ainda muito enraizada na maioria dessas mulheres – a de que a vida da mulher deve ter seu propósito sob uma figura masculina, ao invés de centrada nela mesma.

Outra importante contribuição vebleniana é a defesa da ideia de que o grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser medido pelo nível de participação das mulheres na vida social. O sentido dessa colocação é que, como historicamente as mulheres sempre foram as mais excluídas do poder de tomada de decisões, o nível de participação das mulheres em qualquer sociedade poderia ser um bom indicativo do seu desenvolvimento. Em sua afirmação mais direta sobre a emancipação das mulheres, Veblen descreve que “o impulso é talvez mais forte sobre a mulher do que sobre o homem para viver sua própria vida à sua maneira e entrar no processo industrial da comunidade” (Veblen, 1899, p. 358 *apud* Waddoups; Tilman, 1992).

Além disso, Waddoups; Tilman (1992) justificam o porquê das teorias institucionalistas e veblenianas servirem melhor para discutir as questões de gênero e como elas têm mais proximidade com as teorias econômicas feministas e o feminismo no geral. Em primeiro lugar, as teorias dominantes – principalmente a neoclássica – tendem a criar um dualismo, uma separação entre economia e família, pois consideram apenas o reino da produção e da circulação, que está fora do âmbito do

lar. Isso gera a noção de que não existe produção doméstica. Entretanto, é justamente nesse ambiente doméstico onde aparece o trabalho feminino.

Os institucionalistas não caem no problema de separar economia e família, ou economia e Estado, ou qualquer outra instituição, pois acreditam na inter-relação das instituições sociais. Sua abordagem das questões de gênero é direta e pode ser explicada através do próprio viés econômico. Essa conclusão possibilita afirmar que a abordagem institucional é a mais adequada ao tratar de feminismo (Waddoups; Tilman, 1992).

Waller; Jennings (1990) discutem a possibilidade de construção de uma economia feminista a partir do institucionalismo. Isso, no entanto, não tem relação com o conteúdo do debate institucionalista, que, para os autores, ainda é muito restrito ao tratar das questões de gênero. Essa aproximação vem, na verdade, do fato de o método de pesquisa institucional e feminista serem os mesmos.

Waller; Jennings (1990) explicam como o institucionalismo e o feminismo convergem em suas raízes epistemológicas. Enquanto a economia ortodoxa tenta se basear no método cartesiano das ciências exatas, na busca por conhecimento econômico “objetivo” e por “leis” econômicas, institucionalistas e feministas reconhecem a importância do raciocínio ético dialético dentro da disciplina. Essa dialética consiste na formulação de teses por meio da reflexão da realidade, as quais devem ser apresentadas e continuamente debatidas pelo público acadêmico. Eles reconhecem que não existem leis econômicas inerentes aos juízos de valor humanos. Dessa forma, institucionalistas e feministas estão no campo histórico indutivo do conhecimento, por entenderem que toda a teoria econômica é necessariamente socialmente construída.

Os institucionalistas denunciam a existência de dualismos típicos da teoria ortodoxa, a exemplo da separação dos conceitos objetivo/subjetivo, racional/irracional e positivo/normativo. É possível perceber uma bifurcação da realidade feita por Descartes, em que, para Bordo (1987 *apud* Waller; Jennings, 1990), a “fuga para objetividade” é também uma fuga da feminilidade. Isso porque a tradicional associação do homem à racionalidade e objetividade, enquanto a mulher é representada como irracional e subjetiva, é uns dos meios principais de julgar as mulheres como menos legítimas como agentes do conhecimento.

Quando esses dualismos foram estendidos para o estudo da Economia, essa área de conhecimento foi considerada como uma ciência do comportamento individual racional e objetiva. Do mesmo modo, a Economia acabou produzindo o seu próprio dualismo quando as mulheres, ao longo da história, foram restringidas ao ambiente doméstico e os homens à esfera pública de produção. Com o tempo, deixou-se de se considerar o ambiente doméstico e a vida privada como econômico e, conseqüentemente, deixou-se de considerar as mulheres como agentes econômicos. Isso criou um novo dualismo que legitima a desigualdade das funções de gênero, amparado nos dualismos público/privado e de econômico/não econômico (Waller; Jennings, 1990).

Waller; Jennings (1990) consideram que esse dualismo foi útil aos neoclássicos tanto para justificar o liberalismo quanto do patriarcado, pois, ao mesmo tempo que separou a família da economia, separou também o Estado da economia. O dualismo, portanto, tem a função dupla de desconsiderar a importância da intervenção econômica, que é defendida pelos institucionalistas, e, também, de ignorar a questão do trabalho feminino, questão levantada por feministas.

Tudo isso explica por que tanto o Feminismo como o Institucionalismo nunca foram considerados seriamente pelos ortodoxos na Economia. Isso se deu no sentido epistemológico, por meio do culto à objetividade e, segundo, no âmbito das discussões propriamente ditas, já que a teoria ortodoxa não julga os problemas institucionais e feministas como essencialmente econômicos (Waller; Jennings, 1990). Desse modo, percebe-se outra motivação para unir o institucionalismo e o feminismo, relacionada à tentativa de superar os paradigmas estabelecidos pela teoria ortodoxa, que limitam os institucionalistas e feministas a se firmarem no terreno científico.

3. Charlotte Perkins Gilman e Hazel Kyrk: pensamento institucional e feminista?

3.1 . Charlotte Perkins Gilman (1860-1935)

Gilman nasceu em 1860, em Hartford, nos EUA. Quando jovem, a falta de recursos de sua família a impediu de ter acesso à educação formal, mesmo assim, Gilman se dedicou aos estudos e à leitura em casa. Em 1884, Gilman casou-se com o artista Walter Stetson, porém, sua falta de inclinação para cumprir com os papéis convencionais de esposa e mãe resultaram em desgaste mental, o que a levou tanto à sua separação quanto à escrita de seu primeiro livro *The yellow wallpaper* (1892) (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Morando na Califórnia, Gilman começou a ganhar mais notoriedade nos círculos sufragistas e progressistas como escritora e oradora, tendo publicado para diversos jornais naquele tempo. Para se comunicar ecleticamente com muitos grupos sociais, Gilman desenvolveu um estilo de escrita crítico e sagaz ao tratar da sociedade patriarcal, especialmente em suas histórias e dissertações curtas. Seu livro mais famoso, *Women and Economics* (1898) foi publicado como um trabalho independente, mas muitas de suas outras monografias apareceram inicialmente na revista feminina *The Forerunner*⁵ (1909-17) (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Quando se casou com seu primo Houghton, Gilman já havia se estabelecido como escritora e palestrante. No entanto, a queda na busca por oradores na década de 1920, por conta do surgimento do rádio, impactou fortemente sua renda, além da diminuição da procura por seus serviços. Gilman cometeu suicídio em 1935 quando seu câncer chegou a um estágio avançado que a impossibilitava de trabalhar (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Quanto ao seu papel como pensadora, Gilman foi influenciada por algumas ideologias que permearam seu tempo, principalmente a perspectiva social darwinista, sob uma concepção de que as instituições que afetam o desenvolvimento das mulheres determinam de modo crucial o desenvolvimento da própria raça humana. Dentro dessas lógicas, Gilman analisou o papel do lar e das mulheres na evolução da humanidade, as valorando como economicamente necessárias nos diversos estágios da sociedade e, ainda, argumentou em favor de um mercado fornecedor de

5 *The Forerunner* foi uma revista mensal escrita e publicada por Gilman no período de 1909-1916.

serviço doméstico. Gilman lutou também pela libertação das mulheres como meramente cumpridoras dos papéis familiares e defendeu sua emancipação econômica (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Uma questão apontada por Gilman foi reconhecer o lar como um centro de produção que, como os outros, poderiam ser analisados pelos economistas. Em *Women and Economics* (1898 *apud* Dimand; Dimand; Forget, 2000), Gilman argumenta que as mulheres eram ambas gestoras e trabalhadoras que operam sob condições contratuais peculiares – o lar – e que não eram reconhecidas por essa função desempenhada. A economia aumentaria seus rendimentos se as mulheres fossem devidamente inseridas no mercado de trabalho e no processo de educação.

Gilman (1898 *apud* Dimand; Dimand; Forget, 2000) aponta esse fato como um problema social ao demonstrar que, se as atividades domésticas não evoluíram ao longo do tempo, é porque as mulheres nunca foram pagas por todo esse trabalho. Foram, ainda, impossibilitadas de trabalhar em quaisquer outras áreas pela crença de que eram incapazes disso, como se o sexo feminino fosse inerentemente projetado para as funções da maternidade.

Para Nils (1999), a crítica de Veblen ao papel da mulher na sociedade contemporânea ressoou com *Women and Economics* de Gilman e defende que os paralelos entre Gilman e Veblen não passaram despercebidos. Nils destaca que um historiador do movimento das mulheres [Sinclair *apud* Gilman 1966, xix] chamou Gilman de “Veblen do movimento” não só pelo seu estilo, mas pelo seu método.

Women and Economics (1898) trata do papel historicamente desempenhado pela mulher na economia, através da noção de evolução das sociedades e da das funções econômicas atribuídas às mulheres, em comparação às funções atribuídas às fêmeas de outras espécies de animais e, principalmente, em relação àquelas desempenhadas pelos homens. Sob a justificativa de que a procura de alimento pelo animal é o maior fator do seu desenvolvimento, Gilman (1898) inicia a discussão alegando que o ser humano é a única espécie de animal em que a fêmea depende do macho para se alimentar e, conseqüentemente, vive em uma relação de dependência econômica com o outro sexo.

Gilman (1898) alega que a remuneração das mulheres não depende

do fato delas exercerem as tarefas domésticas eficientemente, nem da quantidade de filhos que criam, mas somente da condição econômica do marido. O ponto é que, mesmo sem remuneração, o trabalho das mulheres em casa é o que permite a manutenção dos homens que trabalham fora, fato que as tornam importantes fatores econômicos na sociedade, que, no entanto, não obtêm ganho com o que produzem.

Segundo Gilman (1898), o que inibe a emancipação das mulheres como trabalhadoras remuneradas é a visão de que a maternidade torna a mulher inadequada para a produção econômica. Satiricamente, a autora explica que, na sociedade humana, é como se a mulher fosse inteiramente segregada e todas as suas funções biológicas configuradas somente para a função da maternidade. Segundo Hewitson (2003 *apud* Zachorowska-Mazirkiewicz, 2015) essa lógica sustenta o pensamento neoliberal, que vê a mulher como biologicamente dotada de um “senso de altruísmo” que a possibilita cuidar dos demais. Como elas não possuem as “características naturais do mercado”, como competitividade e senso de individualidade, vistas como masculinas, então, teoricamente, elas não precisam receber dinheiro pelo trabalho que desempenham.

Ao relacionar o tema com a Teoria da Evolução das Espécies, Gilman (1898) considera a existência de dois tipos de seleção que ocorrem paralelamente: a seleção natural e a seleção sexual. A primeira causa a diferenciação das espécies por uma adaptação econômica aos meios de garantir subsistência e, a segunda, a diferenciação dos sexos pela adaptação do indivíduo aos desejos de seu parceiro sexual. Entretanto, esse esquema se torna anormal nos humanos; a diferença entre os sexos é tão excessiva que remove o aspecto de unidade da espécie, já que a mulher não desempenha nem parte das atividades desempenhadas pelos homens, mesmo aquelas que não têm relação com a reprodução.

Como a esposa é alimentada pelo marido, o homem acaba se tornando também o “ambiente econômico” da mulher. A mulher é desenvolvida para o homem, não só segundo a seleção sexual, mas segundo a seleção natural. Sob essas duas forças evolutivas, a mulher não só fica em desvantagem em relação ao homem, mas é inteiramente adaptada para servi-lo e extremamente modificada para o sexo. Gilman (1898) chama esse sistema de “relação sexual-econômica”.

Na divisão sexual entre homem e mulher, o maior excesso não está na distinção sexual, mas nos comportamentos, hábitos e funções desempenhadas. A maioria das atividades e capacidades desenvolvidas pelo ser humano como espécie – governo, religião, comércio – são vistas como masculinas; às mulheres, sobram as atividades domésticas menos complexas (Gilman, 1898). Esse pressuposto é crucial para explicação de Veblen em *Teoria da Classe Ociosa*: “a primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora, é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo” (Veblen, 1987, p. 36-47).

Para Gilman (1898), o fato de a mulher ser mais sexualizada se expressa numa feminilidade exacerbada, que vai desde a proibição das mulheres de desempenharem atividades que exigem força, habilidade e pensamento até o uso de ornamentos excessivos, como vestimentas exuberantes. Atributos esses que inibem a mulher de se dedicar a qualquer outro aspecto da vida senão a sexualidade. Da mesma forma, Veblen (1987, 1894) argumenta sobre o uso de adornos e sapatos, em diferentes culturas, que impossibilitam a mulher para o trabalho.

Gilman (1898) desenvolve uma progressão da histórica subjugação da mulher. Ela explica que, nos tempos primitivos, os homens, cansados de lutar entre si para conquistar a fêmea, passaram a lutar contra ela própria, uma fêmea pequena – assim, ele instituiu a escravização da mulher. Sem liberdade, a mulher não conseguia mais obter seu alimento nem o do seus filhos, então o homem precisou assumir um papel maior, o de alimentar a família. Este argumento é utilizado por Veblen (1987) para explicar como se deu a criação do conceito de propriedade, de modo que “a forma mais antiga de propriedade é uma propriedade das mulheres pelos homens fisicamente capazes da comunidade” (Veblen, 1987, p. 37).

Com o passar do tempo, o sucesso econômico da mulher estava completamente relacionado ao poder de seu senhor; e seu lucro econômico estava vinculado ao seu poder de atração sexual. Todas as outras atividades que emergiram com o desenvolvimento cultural e científico lhe eram negadas; confinadas dentro de casa e excluídas das artes, da religião e da ciência. Mesmo com a ascensão da indústria, a mulher permaneceu desempenhando aquelas funções mais primitivas, e, mesmo com a expansão

de alguns trabalhos domésticos para o nível profissional, ela permaneceu em casa os desempenhando individualmente e sem remuneração (Gilman, 1898). Semelhantemente, Veblen (1987) descreve que as atividades domésticas evoluíram para o trabalho na indústria, o qual, entretanto, foi assumido pelos homens de classe baixa, enquanto as mulheres continuaram em casa.

Gilman (1898) considera que a emancipação das mulheres é inevitável em um mundo em que o desenvolvimento social da humanidade já estava em um grau tão avançado, que as mulheres não poderiam mais suportar serem excluídas do trabalho e da criação intelectual. Mais ainda, afirma que um alto estágio social não se enquadra mais em uma economia baseada no sexo e na individualidade (Gilman, 1898). Sobre isso, Veblen (1899, p. 353) complementa: “a posição da mulher em qualquer comunidade é o índice mais impressionante do nível de cultura alcançado pela comunidade, e, ainda, por qualquer classe da comunidade”.

As conclusões chegadas por Gilman (1898) nos últimos capítulos de *Women and Economics* marcam claramente o pensamento institucional da autora. Se existe um problema tão visível inerente à condição social das mulheres, ela questiona a razão de não existir revolta contra o sistema sexual-econômico. A esse fenômeno, Gilman (1898) atribui a dificuldade de perceber situações às quais se está acostumado. Como a divisão sexual das atividades laborais começou nos tempos primitivos, mesmo ela perpetuando um comportamento antinatural e prejudicial, os malefícios não são sentidos já que fazem parte da normalidade e do meio em que os homens e mulheres são criados. Ou seja, a divisão sexual-econômica atua, para Gilman (1898), como uma instituição que reproduz comportamentos aprendidos e dificulta a mudança social e econômica frente ao hábito e ao costume.

O feminismo de Gilman possui um caráter revolucionário⁶. Por ela acreditar que a desigualdade de gênero é uma condição institucionalizada

6 A crítica de Veblen à posição das mulheres na sociedade moderna ocorreu em um grau filosoficamente mais profundo do que o de Gilman, mas Gilman superou Veblen de um modo crucial. Gilman se atentou ao componente sexual da sujeição das mulheres, fato que revelou uma lacuna na conceituação de Veblen sobre a subordinação das mulheres. Ao longo dos escritos de Veblen sobre o estado das mulheres na nossa sociedade bárbara, há um silêncio sobre o papel da sexualidade em geral. e da escravidão sexual em particular (Nils, 1999).

pela relação sexual-econômica que se manifesta em todos os âmbitos da sociedade, apenas uma reestruturação completa das bases familiares, econômicas e sociais poderia eliminar o paradigma dos papéis de gênero. Gilman não apenas explica as problemáticas por trás da separação extrema entre o feminino e o masculino, mas também descreve alguns passos para eliminar as desigualdades de gênero: remodelação das funções familiares e do ambiente doméstico; total ingresso das mulheres no mercado de trabalho e transferência dos serviços domésticos de limpeza, cozinha e educação infantil para a esfera pública.

Gilman e Veblen compartilham uma semelhante visão da economia como matéria evolucionária porque veem no desenvolvimento histórico das funções de gênero a explicação para as desigualdades sociais. Para Veblen (1987), o trabalho produtivo industrial é desvalorizado porque evoluiu das atividades primordialmente desempenhadas por mulheres. Para Gilman (1898), mesmo essas atividades tendo saído da esfera do lar, as mulheres não foram empregadas, mas permaneceram em casa sem remuneração. O princípio desses problemas é, para os dois autores, a subjugação da mulher pelo homem e o confinamento das mulheres às atividades do lar.

Ambos desempenham, também, um papel primordial na teoria em prol da emancipação das mulheres. Os autores condenam o sistema da dependência econômica feminina em relação ao homem, o qual Veblen (1987) chama de casamento-propriedade e Gilman (1898) de relação sexual-econômica. Veblen (1987) defende rigorosamente a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres através participação feminina no processo industrial, político e intelectual da comunidade, enquanto Gilman (1898) propõe um novo modelo de sociedade, no qual as diferenças de gênero seriam eliminadas.

3.2. Hazel Kyrk (1886-1957)

Hazel Kyrk nasceu em 1886 na cidade de Ashley, nos Estados Unidos. Em 1904, ela entrou para a Universidade Wesleyan em Ohio e foi contratada como empregada doméstica na casa do professor de economia Leon Carrol Marshall. Quando eles se mudaram para a Universidade de Chicago,

Kyrk acompanhou a família e continuou sua graduação, completando seu bacharelado em filosofia em 1910.

Entre 1911 e 1912, Kyrk foi instrutora na Faculdade de Wellesley. Em 1914, foi professora assistente de economia na Faculdade de Oberlin. Entre 1918 e 1919, trabalhou com os assuntos da guerra como estatística em Londres, no Conselho Aliado de Transporte Marítimo. Em 1920, sua tese de doutorado foi aceita e posteriormente publicada, tendo ganhado o prêmio Hart, Schaffner & Marx por pesquisa em economia (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Entre 1923 e 1924, Kyrk foi associada ao Instituto de Pesquisa de Alimentos da Universidade de Stanford. Em 1925, aceitou uma nomeação conjunta no Departamento de Economia e no Departamento de Economia Doméstica na Universidade de Chicago e foi promovida a professora titular em 1941. Kyrk permaneceu em Chicago até se aposentar e faleceu em West Dover, em 1957. Durante sua carreira, Kyrk voltou seu interesse para as mulheres. Grande parte de seus livros abordam o papel feminino desempenhado nas famílias contemporâneas. Kyrk também lecionou na Escola de Verão Bryn Mawr para Mulheres Trabalhadoras e, também, serviu durante anos no conselho da Liga Sindical Feminina de Chicago (Dimand; Dimand; Forget, 2000).

Com alguns outros economistas, Hazel Kyrk foi pioneira da área de Economia Doméstica e da Economia do Consumidor, o estudo empírico dos padrões de gastos domésticos entre vários grupos econômicos⁷. Em seu livro *A Theory of Consumption* (1923) e no seu estudo *The Economic Problems of the Family* (1933), Kyrk argumenta que os padrões de consumo doméstico são determinados mais por influências sociais do que diferenças e preferências individuais. (Dimand; Dimand; Forget, 2000). Phillipy; Betancourt; Dimand (2024, p. 7) argumentam que “a teoria de Kyrk

7 *A Home Economics e a Household Economics* compreendem momentos teóricos na discussão do que se convencionou chamar de *Home Economics*, uma área marginalizada das Ciências Econômicas. Procura refletir sobre a interação entre a esfera privada (tradicionalmente feminizada) e a esfera econômica (o mercado), constituindo, por excelência, um debate construído pelas mulheres e sobre as mulheres na Economia (Becchio, 2020). Contudo, devido ao seu apagamento, muitas das contribuições realizadas diluíram-se na história do pensamento econômico, embora tenham sido incorporadas, sem o devido crédito, por autores posteriores – como é o caso de Gary Becker (1981) no âmbito do Novo Economia Familiar. Drucila; Kuiper (2003) destacam que embora Becker possa ser o pai da nova economia doméstica, as economistas feministas descobriram as origens maternas desta área no trabalho esquecido de Hazel Kyrk e Margaret Reid.

articulou uma abordagem institucionalista do consumo com a herança progressista do movimento da economia doméstica, a fim de explicar e participar adequadamente das transformações da sociedade americana”. Van Velzen (2003, p. 48) comenta que o trabalho de Kyrk está relacionado ao institucionalismo de Veblen; ambos compartilharam um interesse antropológico no “mundo atrás da curva de demanda”.⁸

Tendo passado a maior parte de sua carreira na Universidade de Chicago, Kyrk estabeleceu duas rupturas em relação à sua formação como economista. A primeira delas foi lutar para ser aceita no Departamento de Economia da universidade, em uma época em que as mulheres podiam apenas adentrar no Departamento de Economia Doméstica. A segunda foi contrapor as teorias herdadas da Escola de Chicago, de cunho neoclássico, a favor de uma abordagem institucional.

Em *A Theory of Consumption* (1923), Kyrk tem como ponto de partida buscar definir o real conceito de consumo. Para Kyrk, em primeiro lugar, deveria estar claro que o consumo está centrado no comportamento humano, de modo que a teoria do consumo precisava, primeiro, observar o comportamento das pessoas enquanto consumidores e, segundo, questionar se o consumo segue algum padrão definido⁹. Kyrk (1923) se coloca contra a ideia da “livre escolha” do consumidor, pois os gastos são muito mais regulados pelas limitações impostas pelas diferenças de renda, pela influência monopolística dos produtores e, principalmente, pelos padrões culturais de consumo.

Kyrk (1923) também retoma o que, para ela, foi o primeiro grupo de economistas que precisamente se dedicou a analisar o consumo: os marginalistas, na teoria do consumo marginal. Segundo a autora, a descrição do comportamento do consumidor na teoria marginalista

8 Mas é importante mencionar a incorporação da ética pragmática de Dewey em sua teoria. “Kyrk concorda com a visão de Dewey sobre a instrumentalidade dos valores, sobre o impacto do contexto social sobre os valores e sobre a temporalidade dos valores” – Kyrk também “defende que os consumidores não simplesmente satisfazem determinados desejos, mas organizam suas vidas em torno conceitos de trabalho de um alto padrão de vida” (Van Velzen, 2003, p. 49)

9 Para Lewis; Sebberson (1997), Gilman e Veblen reconceberam não apenas o teórico econômico como alguém que delibera sobre a ação, mas também o agente econômico como aquele que delibera e age. Uma característica comum e radical de suas teorias econômicas é conceber o agente econômico como um agente ativo e complexo que delibera sobre o bem-estar material e sobre formas e meios de provisionamento, em vez de um consumidor passivo de bens e serviços. Defendemos, aqui, que essa argumentação se aproxima do pensamento de Kyrk e sua defesa de que a Economia demanda uma teoria do consumo que considere o papel ativo do consumidor.

assumia uma forma genérica baseada em abstrações matemáticas, as quais eram utilizadas para formular as leis de oferta e demanda. Os marginalistas colocaram a escolha humana como algo pré-estabelecido conforme leis econômicas, de maneira atemporal, fora de contexto social e alheia aos modos de vida específicos e as mudanças estruturais da sociedade (Kyrk, 1923).

Ao argumentar que os marginalistas estavam totalmente equivocados no entendimento da psicologia humana, Kyrk estabelece uma crítica baseada em três pontos centrais da teoria do consumo marginal: o individualismo, o hedonismo e o intelectualismo. Segundo Kyrk (1923), o individualismo estava na forma como eles apresentavam a figura humana no mercado, como mentes individuais que não interagem entre si, não compartilham interesses, costumes e hábitos. Já o hedonismo, filosofia reciclada pelos marginalistas, estava na afirmação de que as decisões humanas eram meramente uma busca individual por felicidade e satisfação. Por fim, o intelectualismo vinha do entendimento das decisões humanas como produto exclusivo da escolha racional. Kyrk (1923) afirma que os marginalistas confundiram a natureza do modo de agir humano com o modo de agir da indústria institucionalizada; no entanto, para ela, os consumidores viam o dinheiro como um meio, mas seus fins eram bem variados.

Kyrk (1923) conclui que, se a teoria neoclássica persistiu tanto na economia, foi por uma pura negligência de questões básicas da psicologia humana. Kyrk (1923) reforça que medidas de satisfação individual não são nada comparadas às verdadeiras motivações do consumo. Os consumidores, que são sociais em sua natureza, respondem aos estímulos aos quais estão acostumados e suas ações visam estar em conformidade com aquilo que é socialmente aceitável. Os desejos derivam, assim, dos valores sociais. O indivíduo aprende o processo de valoração, de seleção e de sistematização e atribui significado às coisas, ao separá-las em boas ou más e melhores ou piores, ao hierarquizá-las e ao definir preferências. Além disso, o valor é explicado não pelo objeto em si, mas pelas finalidades que ele é capaz de satisfazer e na sua adequação para com os padrões de vida da sociedade.

Outra crítica de Kyrk (1923) é a de que, em uma sociedade institucionalmente desigual, a própria lei da demanda é deturpada. Dada a

desigualdade de renda, os desejos das classes altas acabam tendo um peso muito maior na determinação do que deve ser produzido pelo mercado. A economia acaba respondendo apenas à demanda que tem poder de compra e tende a ir para aquelas áreas que pagam melhor, não para aquelas que refletem as reais demandas sociais. Para Kyrk (1923), esse sistema resulta na existência de uma classe com necessidades supérfluas satisfeitas e uma classe com necessidades básicas insatisfeitas. Kyrk cita Veblen (1899), relacionando o problema acima com a questão da emulação pecuniária presente nas sociedades capitalistas, de modo que há uma estratificação de classes institucionalizada, baseada nas diferenças de renda. Kyrk explica que, como as elites têm o poder de definir os padrões de consumo, então tudo que é considerado necessário nessa sociedade foi moldado pelos “consumidores conspícuos”, adeptos do desperdício e da luxuosidade (Kyrk, 1923).

Ao discutir os padrões de consumo, Kyrk (1923) demonstra que eles são derivados dos padrões de vida, que mudam conforme o grau de desenvolvimento de uma sociedade. A peculiaridade desses padrões está no fato de que eles não necessariamente estão ligados ao conforto físico, mas às exigências sociais que implicam se encaixar em um grupo, atender à moda, ao padrão de moradia, de lazer e de conforto que é esperado de certa classe social. Na sociedade capitalista, portanto, o desconforto de diminuir o padrão de vida está muito mais ligado à perda de prestígio social, que é a marca da sociedade da emulação pecuniária. Para Kyrk (1923), nesse sistema, a única forma de o indivíduo demonstrar que pertence a um grupo renda é através da demonstração do poder de consumo. Isso toma forma de um consumo conspícuo, o consumo que não tem como objetivo a satisfação das necessidades, mas a busca por prestígio social.

Kyrk (1923) considera a importância que os modos de produção e as questões tecnológicas de cada tempo exercem sobre as formas de consumo. Entendendo as peculiaridades do sistema capitalista, explica que a Revolução Industrial trouxe consigo a massificação dos produtos disponíveis para consumo, a impessoalidade da relação entre produtor e consumidor. Além disso, os avanços na eficiência industrial resultaram em uma indústria movida pelo lucro, que possibilitou a conquista de um excedente para as classes dominantes, os produtores, tornando-os a “marca

da classe ociosa” (Kyrk, 1923, p.72).

Sob essa perspectiva, Kyrk (1923) defende a necessidade de prosseguir de forma coerente para uma “verdadeira teoria do consumo”. A teoria do consumo teria que levar em consideração a multiplicidade dos indivíduos e seu condicionamento ao tempo e lugar onde vivem, aos fatos externos, e, ainda, à limitação que a magnitude de sua renda impõe às escolhas. Deveria ser uma teoria que tocasse a realidade e se preocupasse com a mensuração do bem-estar da sociedade, e por fim, deveria ter

[...] ênfase na unidade da vida, na expressão em todos os nossos padrões do meio que vivemos, de toda nossa personalidade, mediante o reflexo em todos os nossos valores de todos as disposições e interesses do indivíduo tal como são moldados pelas instituições sociais (Kyrk, 1923, pp. 185-186).

Pois, apenas isso “esclarece verdadeiramente a natureza da motivação econômica e do interesse econômico” (Kyrk, 1923, p. 185-186).

Outro tópico abordado em *A Theory of Consumption* é a questão feminina. Para Kyrk (1923), a mulher exercia o papel de “diretora do consumo” dentro do lar. Era a mulher quem lidava com a elaboração do orçamento familiar e administração dos gastos, com a escolha dos produtos no mercado e, portanto, quem mais sentia os efeitos dos preços. Manifestando-se como a responsável pelo bem-estar familiar, a mulher, segundo Kyrk (1923), era a mais adequada para falar em nome de todos os consumidores.

Kyrk (1923) ressalta que, sob o novo sistema industrial, o agregado familiar individual permanece sendo a unidade consumidora da sociedade, embora hoje seja apenas para alguns propósitos limitados a unidade produtora. Com os avanços tecnológicos, a economia doméstica tem cada vez menos relação com as atividades domésticas – como produzir os alimentos – e cada vez mais com o ato de escolher no mercado os produtos que a família precisa¹⁰. Surge uma nova divisão do trabalho entre

¹⁰ No que diz respeito ao consumo alimentar, Kyrk e Monroe (1938) observam uma transformação nos requisitos de planejamento de refeições ao longo dos séculos, refletindo mudanças nos hábitos de consumo alimentar

os homens, responsáveis por obter a renda, e as mulheres, que planejam e executam despesas. Desse modo, conforme gastam a renda familiar no mercado, as mulheres obtêm o comando sobre os bens de uso familiar.

Entretanto, a complexificação da atividade consumidora dentro do sistema industrial faz do consumo uma ação que cada vez mais exige habilidade e reflexão. Ele se torna mais objetivo, conforme o dinheiro passa a ser usado para mensurar a capacidade de compra e conforme os indivíduos, em especial as mulheres, passam a planejar seus orçamentos de acordo com a própria renda. Nesse sentido, Kyrk (1923) sugere uma certa necessidade de especialização das donas de casa que realizam essa tarefa, de modo que a administração da família e do lar deveria ser reconhecida como uma tarefa que exige certo grau de conhecimento e estudo. Kyrk reforça a necessidade da inserção feminina no sistema educacional e de ensino superior, mesmo para as trabalhadoras do lar.

Hazel Kyrk, tal como Thorstein Veblen desafiou os pressupostos da teoria econômica ortodoxa¹¹. Sua crítica à teoria do consumo marginal em relação ao hedonismo, individualismo e intelectualismo é articulada muito semelhantemente à análise vebleniana sobre a economia neoclássica. Na teoria do consumo de Kyrk, é possível afirmar que todos os pressupostos convergem ao institucionalismo pois, dentro da obra: i) o consumo é definido como o estudo do comportamento do consumidor, da mesma forma que, dentro da teoria institucional, a Economia é tida como a ciência do comportamento dos agentes econômicos; ii) o comportamento do consumidor é guiado por fatores sociais consumados no hábito e nos padrões coletivos; iii) esses hábitos e padrões são historicamente definidos, pois Kyrk considera a existência de diferenças inerentes aos modos de produção, além de que os conceitos de emulação pecuniária e consumo

impulsionadas pela mudança da vida rural para a vida urbana. Ao examinarem o consumo alimentar nos Estados Unidos, Kyrk e Monroe (1938) lançaram luz sobre esta transição. Uma comparação entre 1899 e 1927 revela um aumento de 150% no consumo per capita de frutas e vegetais enlatados ou secos, juntamente com um aumento significativo no consumo de açúcar.

- 11 Apesar da influência do conceito de consumo conspícuo de Veblen na obra de Kyrk, Philippp; Betancourt; Dimand (2024) alertam que ambos abordaram essa característica do consumo de maneiras diferentes, refletindo seus respectivos contextos históricos. Veblen, no final do século XIX, criticou a ordem social, destacando que o consumo conspícuo gerava status social e era predominantemente reservado às famílias mais ricas. Kyrk, na década de 1920, apresentou uma crítica epistemológica, destacou a necessidade de uma teoria explicativa das escolhas de consumo individuais, no contexto do desenvolvimento do mercado interno de bens para as classes médias. Embora Veblen visse o consumo conspícuo de forma bastante negativa, Kyrk considerou-o uma promessa de modernidade que deveria ser compreendida de forma adequada.

conspícuo são entendidos como especificidades do capitalismo como modelo econômico institucionalizado.

Ao analisar não mais o indivíduo, mas o agregado familiar como unidade econômica, Kyrk (1923) dá centralidade ao papel econômico da mulher. Compreendendo que as mudanças proporcionadas pela revolução industrial transformam a casa de unidade produtiva em unidade consumidora de bens industrializados; ocorre a transformação do papel da mulher de figura produtora à diretora do consumo familiar. Desse modo, a função da dona de casa complexifica-se ainda mais, tornando-a administradora das despesas familiares e dos produtos selecionados no mercado. Essa abordagem se aproxima ao feminismo, possibilitando enquadrar as mulheres como agentes econômicos de mesma importância que os homens, pois Kyrk (1923) considera a esfera privada do lar como um ambiente econômico tão relevante quanto às demais esferas da economia.

Considerações finais

Dentro da história do pensamento econômico, Thorstein Veblen recebeu o título de fundador do institucionalismo originário, principalmente por conta de sua *Teoria da Classe Ociosa* que expõe os conceitos de emulação pecuniária, consumo e ócio conspícuos. O princípio da obra é de que o trabalho produtivo, ao contrário do trabalho ocioso, é inferiorizado porque as atividades industriais evoluíram das atividades que antes eram responsabilidade da mulher, estando ela na condição de propriedade do marido. A obra vebleniana apresenta pontos que ressaltam as questões sociais da desigualdade de gênero e a defesa da emancipação feminina para garantir sua igualdade econômica em relação ao homem, sendo possível considerar o institucionalismo de Veblen como feminista.

Da mesma forma, tentou-se mostrar que tanto o feminismo como o institucionalismo utilizam de uma metodologia histórica-indutiva que prioriza os elementos econômicos sociais e culturais, ao contrário do método hipotético-dedutivo de caráter. Segundo, porque ambos rejeitam o método neoclássico e a ideologia neoliberal. Terceiro, porque o fato de o institucionalismo entender economia e família como instituições

intimamente ligadas faz com que as mulheres, sujeitas à esfera do lar, possam ser incluídas como agentes econômicos.

Entretanto, a história do pensamento institucional não concedeu o devido reconhecimento à autora responsável por dar início a alguns dos pressupostos que foram desenvolvidos também por Veblen. Gilman (1898) descreve a relação sexual-econômica formada através da evolução dos papéis de gênero desempenhados ao longo da história, sob a perspectiva de que a mulher, desde o início, foi tomada como propriedade e sujeita à dependência em relação ao homem. Também defende uma sociedade em que os serviços domésticos sejam disponibilizados pelo setor público, com inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Hazel Kyrk foi uma sucessora das ideias de Thorstein Veblen, também pouco reconhecida no âmbito institucional. Em *A Theory of Consumption*, Kyrk desafiou a teoria marginalista do consumo, definindo-o sob uma perspectiva que prioriza as questões sociais tal como a emulação pecuniária e o consumo conspícuo, além de reconhecer o papel das mulheres como “diretoras do consumo” e o agregado familiar como unidade econômica.

Hazel Kyrk e Charlotte Perkins Gilman devem ser interpretadas como pensadoras que desenvolveram ideias que podem ser entendidas como institucionais e feministas, de modo que Gilman poderia, inclusive, ser considerada precursora do pensamento institucional original ao lado de Veblen, enquanto Kyrk, posteriormente, poderia ser reconhecida como responsável por complementar o pensamento de Gilman e Veblen, especialmente no que se refere às mulheres e o consumo numa perspectiva crítica ao pensamento econômico dominante.

Referências

BECCHIO, Giandomenica. *A history of feminist and gender economics*. Routledge, 2019.

BECKER, Gary (1981) *A Treatise on the Family*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

BOGENHOLD, Dieter. From Heterodoxy to Orthodoxy and Vice Versa:

Economics and Social Sciences in the Division of Academic Work. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 69, no. 5, 2010, pp. 1566–90.

BRUE, Stanley L. A escola institucionalista. In: BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson Learning Edições Ltda, 2006.

COSTA, Luciano de Souza; COSTA, Armando Dalla. Coase is not Veblen: a nova economia institucional de Coase versus o institucionalismo originário de Veblen. *IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-20, jul. 2011.

DIMAND, Robert W; DIMAND, Mary Ann; FORGET, Evelyn L. *A Biographical Dictionary of Women Economists*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2000.

BOFF, Emmanoel Boff; KRIVOCHEIN, Conrado. O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em história do pensamento econômico e metodologia nos congressos da SEP e ANPEC entre 2004 e 2014. *História econômica & história de empresas*, 19(1): 41-58, 2016.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Women and Economics: Um Estudo da Relação Econômica entre Homens e Mulheres como Fator de Evolução Social*. Boston: Small, Maynard & Co.,1898.

MELO, Hildete Pereira ded. As sufragistas brasileiras: relegadas ao esquecimento? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 32(23), 2016.

COMMONS, John R. *Institutional Economics*, New York: Macmillan, 1934. pp. 69-70, 72.

KYRK, Hazel. *A theory of Consumption*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1923.

KYRK, Hazel. *Economic Problems of the Family*. Chicago: Publisher, Harper & brothers, 1933.

KYRK, Hazel; MONROE, Day. *Food buying and our markets*. New York: M.

Barrows and company, 1938.

LEWIS, Margaret; SEBBERSON, David. The Rhetoricity of Economic Theory: Charlotte Perkins Gilman and Thorstein Veblen. *Journal of Economic Issues*, Vol. 31, No. 2, 1997.

MITCHELL, Wesley Clair. The Prospects of Economics. In: MITCHELL, Wesley Clair. *The Backward Art of Spending Money and Other Essays*. New York: Augustus M. Kelley, Inc., 1950.

NEALE, Walter C. Institutions. *Journal of Economic Issues*, 21 (3): 1177-206, 1987.

NILS, Gilman. Thorstein Veblen's Neglected Feminism. *Journal of Economic Issues*, XXXIII, n. 3, pp. 689-711, 1999.

PHILIPPY, David; BETANCOURT, Rebeca Gomez; DIMAND, Robert W. Hazel Kyrk's Intellectual Roots: When First-generation Home Economists Met the Institutional Framework. In: *Research in the History of Economic Thought and Methodology: Including a Symposium on Hazel Kyrk's: A Theory of Consumption 100 Years after Publication*. Emerald Publishing Limited, p. 7-26, 2024.

PUJOL, Michéle. Into de Margin! In: DRUCILLA, Barker; KUIPER, Edith. *Toward a Feminist Philosophy of Economics*. London: Routledge, 2003.

VAN VELZEN, Susan. Hazel Kyrk and the ethics of consumption. In: DRUCILLA, Barker; KUIPER, Edith. *Toward a Feminist Philosophy of Economics*. London: Routledge, 2003.

VEBLEN, Thorstein. The economic theory of woman's dress. In: CAMIC, Charles; HODGSON, Geoffrey (ed.). *Essential Writings of Thorstein Veblen*. London: Routledge, p. 96-103, 2011 [1894].

VEBLEN, Thorstein. The beginnings of ownership. *American Journal of Sociology*, 4(3): 352-365, 1898.

VEBLEN, Thorstein. The barbarian status of women. *American Journal of Sociology*, 4 (4): 503-514, 1899a.

VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class*, New York:

Augustus M. Kelly, 1899b.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WADDOUPS, C.; TILMAN, Rick. Thorstein Veblen and the Feminism of Institutional Economists. *International Review of Sociology*. 3. 182-204, 1992.

WALLER, W.; JENNINGS, Ann. On the Possibility of a Feminist Economics: The Convergence of Institutional and Feminist Methodology. *Journal of Economic Issues*, 24(2): 613–622, 1990.

Waller, W., & Wrenn, M. V. (2021). Feminist Institutionalism and Neoliberalism. *Feminist Economics*, 27(3), 51–76. <https://doi.org/10.1080/13545701.2021.1883194>

Zachorowska-Mazirkiewicz, Anna. “The Concept of Care in Institutional and Feminist Economics and Its Impact on Public Policy.” *Journal of Economic Issues* 49 (2015): 405-413.